O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CATÁSTROFE DO RIO GRANDE DO SUL NÃO PODE SE REPETIR

DIANTE DAS recentes enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, é imprescindível destacar não apenas a devastação humanitária, mas também os sérios impactos econômicos que essa tragédia acarreta. Como uma das principais economias do País, o estado gaúcho desempenha um papel crucial no cenário nacional, especialmente no universo agro.

Levando em conta as atividades "dentro da porteira", o Rio Grande do Sul ocupa a segunda posição em participação no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, correspondendo a 12,7% do total. Adicionalmente, a agroindústria gaúcha é a terceira mais importante, representando 11,5% do total.

As inundações afetaram severamente a produção agrícola do estado, com perdas significativas em cultivos como arroz, trigo e soja, além de impactarem diretamente a vida dos agricultores e pecuaristas locais. Esses desafios demandam não apenas uma resposta urgente para lidar com as consequências imediatas, mas também um esforço coordenado para reconstruir infraestruturas e promover a recuperação econômica e social da região.

O cenário global e doméstico continua complexo, com diversos fatores influenciando a economia brasileira: as tensões geopolíticas (guerras e conflitos internacionais) ainda impactam os preços das *commodities*; a inflação segue como um dos maiores desafios, com o mercado aumentando a previsão do ano para 3,88% (pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, segundo o boletim Focus), mas ainda dentro do intervalo da meta do Banco Central do Brasil (BCB); a Selic deve fechar o ano em 10%, ou seja, ainda na casa de dois dígitos; e o câmbio deve se manter volátil, mas a expectativa ainda é de que fique próximo de R$ 5,00 até dezembro próximo. Para apimentar o cenário, teremos as eleições municipais no Brasil e presidencial nos EUA no segundo semestre, além das incertezas sobre o rumo da política monetária norte-americana. Assim, o empresário rural deve avaliar cuidadosamente as suas necessidades e condições financeiras antes de tomar crédito e prestar atenção na gestão da venda da produção.

Nesta edição, destaca-se, também, o recente acordo entre fornecedores de cana-de-açúcar e indústrias de etanol sobre a divisão da receita dos créditos de descarbonização (CBios), que marca um avanço importante no RenovaBio. Essa iniciativa oferece incentivos financeiros para os produtores adotarem a certificação com dados primários (auditados com levantamentos a campo), o que pode impulsionar os ganhos para ambas as partes e promover práticas mais sustentáveis na produção de biocombustíveis. A mudança proposta tem o potencial de aumentar a oferta de CBios e contribuir para uma maior descarbonização do setor, além de abrir portas para a participação do etanol em programas e políticas públicas voltados para a sustentabilidade.

Ainda na linha da sustentabilidade, distingue-se um projeto desenvolvido pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e pela Chinese Academy of Agricultural Sciences (CAAS) com apoio da The Nature Conservancy (TNC) que está moldando o futuro do comércio entre o Brasil e a China. Focado em entender as cadeias de valor de soja e de carne bovina, o projeto visa desenvolver sistemas de rastreabilidade e certificação para garantir a qualidade e a sustentabilidade desses produtos. Do lado da CAAS, objetiva-se entender o comportamento da demanda dos consumidores chineses. Por exemplo, em um estudo recente, descobriu-se que os chineses estão dispostos a pagar mais por carne bovina brasileira certificada, impulsionando a demanda por produtos sustentáveis. Essa revelação mostra o potencial de impactar as exportações brasileiras de soja. A parceria entre o FGV Agro, a CAAS e a TNC visa facilitar o diálogo entre pesquisadores, empresas e governos, promovendo um desenvolvimento econômico sustentável no setor agrícola.

Como último destaque de capa, abordam-se os desafios e as oportunidades para a pecuária leiteira em 2024. O ano de 2023 foi desafiador para o setor lácteo no Brasil, principalmente em relação às margens de lucro. A rentabilidade do setor foi pressionada pela queda no preço do leite, resultado de um volume elevado de importações. A política de pagamento por leite favorece os grandes produtores por meio de bonificações por volume, resultando em preços significativamente mais altos para eles em comparação aos pequenos produtores, acelerando a consolidação no campo. Apesar da incerteza que ainda envolve este ano, uma diminuição nas importações ajudaria a equilibrar a oferta e a demanda. Adicionalmente, a expectativa de custos de produção mais baixos oferece uma perspectiva positiva para os pecuaristas. Em meio a essas mudanças, a rentabilidade e a eficiência tornam-se cruciais para a sobrevivência dos produtores de leite. ■